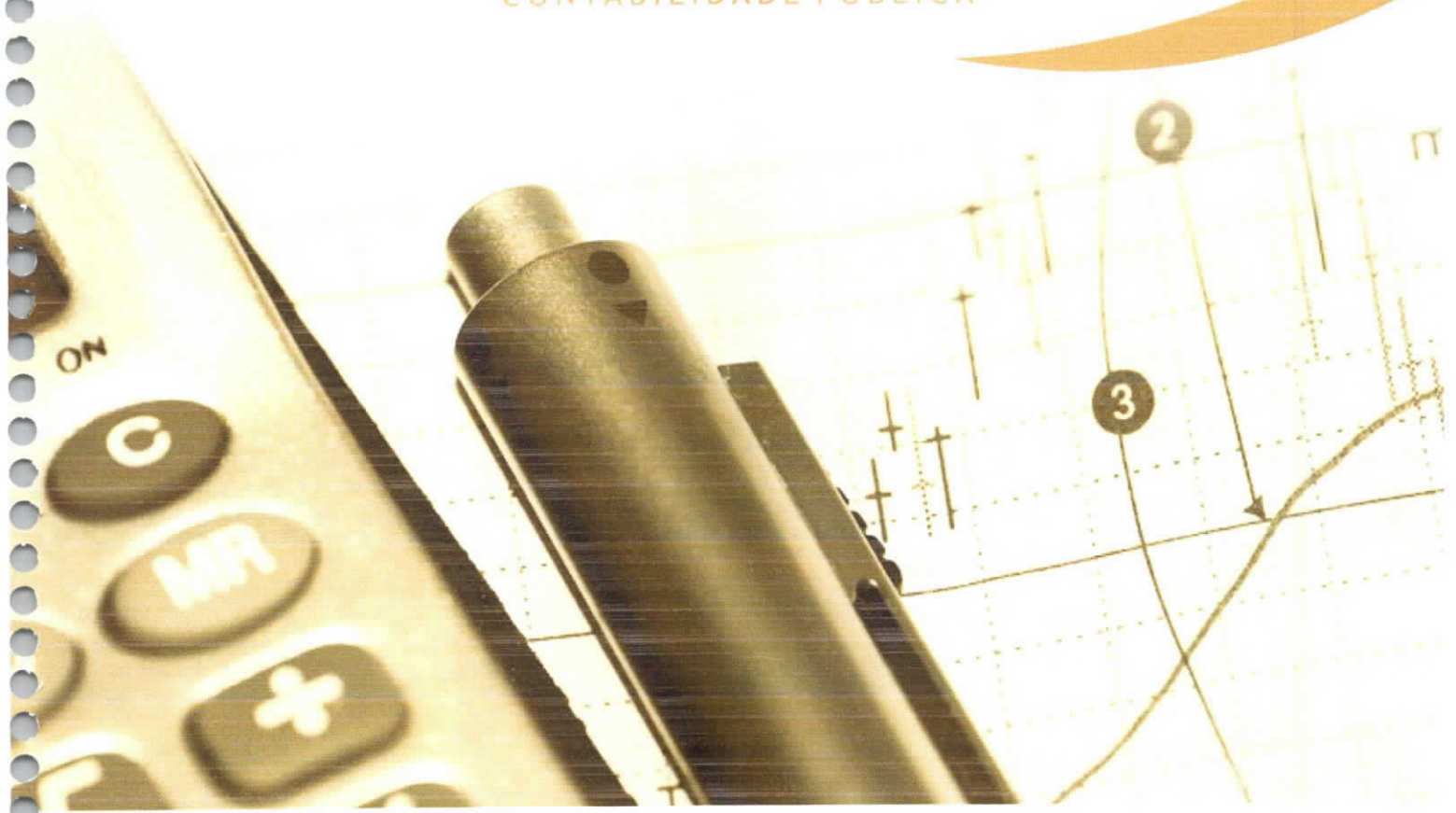




CLAIR & LEITÃO
CONTABILIDADE PÚBLICA



LDO 2013 PREFEITURA DE SANTANA DE MANGUEIRA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

MENSAGEM



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

MENSAGEM Nº / 2012

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências, para encaminhar o Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013, conforme o disposto no inciso II, combinado com o § 2º do art. 165 da CF, com o art. 166 da CE e o art. 4º. da LRF, a LDO, compreendendo:

- I. as metas e prioridades da administração;
- II. elaboração da LOA, estrutura, organização e diretrizes;
- III. alterações na legislação tributária;
- IV. equilíbrio entre receitas e despesas;
- V. critérios e formas de limitação de empenhos, nas hipóteses de frustração do cumprimento das metas de resultado fiscal (art. 9º, LRF);
- VI. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos do orçamento;
- VII. constituição e utilização de reserva de contingência com base na Receita Corrente Líquida (RCL);
- VIII. avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício financeiro anterior ao de vigência da própria LDO;

IX. condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas;

X. regras para eventual destinação de recursos à cobertura direta ou indireta de necessidade de pessoas físicas ou "déficit" de pessoas jurídicas (art. 26, LRF).

XI – Disposições relativas à dívida pública;

XII – Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos;

XIII- as disposições gerais.

É importante frisar que o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias que estou enviando está em consonância com as normas estabelecidas na Lei Complementar 101 de 2000 e está acompanhado dos anexos de Metas e Riscos Fiscais.

Para o estabelecimento do Anexo de Metas e Prioridades, tomou-se por base as ações estabelecidas no Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013, as quais foram amplamente discutidas com a sociedade, através da realização de audiências públicas, onde as prioridades variam de acordo com as necessidades de cada região.

Os ilustres Vereadores poderão observar que a intenção deste Executivo, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal, continua sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação dos serviços à população, definindo o que é prioritário e passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.

Senhores Parlamentares, saliento também que este projeto demonstra a transparência necessária e devida que o Poder Executivo vem aplicando ao trato dos desprovidos recursos deste Município.

Portanto, ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente apreciados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua pronta aprovação.

Certo de contar com o entendimento e apoio de Vossas Excelências reitero expressões de elevada estima e distinta consideração.

Gabinete da Prefeita, em Santana de Mangueira-PB, 09 de abril de 2012.


Tânia Mangueira Nitão Inácio
Prefeita



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

PROJETO DE LEI



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

PROJETO DE LEI Nº / 2012,

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA-PB :

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no inciso II, combinado com o § 2º do art. 165 da CF, com o art. 166 da CE e o art. 4º. da LRF, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2013, compreendendo:

- I. as metas e prioridades da administração;
- II. elaboração da LOA, estrutura, organização e diretrizes;
- III. alterações na legislação tributária;
- IV. equilíbrio entre receitas e despesas;
- V. critérios e formas de limitação de empenhos, nas hipóteses de frustração do cumprimento das metas de resultado fiscal (art. 9º, LRF);
- VI. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos do orçamento;
- VII. constituição e utilização de reserva de contingência com base na Receita Corrente Líquida (RCL);

VIII. avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício financeiro anterior ao de vigência da própria LDO;

IX. condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas;

X. regras para eventual destinação de recursos à cobertura direta ou indireta de necessidade de pessoas físicas ou "déficit" de pessoas jurídicas (art. 26, LRF).

XI – Disposições relativas à dívida pública;

XII – Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos;

XIII- as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2013 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2013 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo observar os seguintes macroobjetivos constantes no PPA 2010-2013.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e.

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ primeiro: Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ segundo: Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria 42/99 do Ministério do Planejamento.

§ terceiro - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal, da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias e fundos municipais.

Art. 5º - O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado a Câmara Municipal, conforme estabelecido no art. 22 da Lei 4.320/64 e será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ primeiro: Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, IV e parágrafo único da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

I – resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II – resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

IV – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

V – da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

VI – da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII – da receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

VIII – da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

IX – da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

X – da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

XI – da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

XII – do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

XIII – das despesas e receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

XIV – da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XV – da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal 9.394/96, por

órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;

XVI – de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XVII – do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

XVIII – da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIX – da aplicação dos recursos de que trata a emenda constitucional nº 25;

XX – da receita corrente líquida com base no art. 1º, § 1º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

XXI – da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

XXII – Recursos destinados à gestão ambiental, com ênfase para a agricultura familiar e a preservação do patrimônio histórico-cultural e artístico local,

XXIII – Recursos destinados à assistência social geral, através de doações diversas, ajudas financeiras e outros necessários exclusivamente às famílias comprovadamente carentes do Município, ficando sujeitos à lei específica;

XXIV – da aplicação de recursos destinados à manutenção do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

§ segundo: A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I – relato sucinto do desempenho orçamentário e financeiro da Prefeitura nos últimos dois anos e o cenário para o exercício a que se refere à proposta;

II – exposição e justificativa da política econômica e social do Governo;

III – justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, dos principais agregados;

IV – demonstrativo da despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, confrontando a sua totalização com as receitas correntes líquidas, nos termos da Lei Complementar 101/2000.

V – Demonstrativo da receita nos termos do art. 12, da Lei Complementar 101/2000;

Art. 6º - Na lei orçamentária anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, a discriminação da despesa das unidades orçamentárias far-se-á de acordo com a Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001, segundo a codificação funcional programática da Portaria 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão e os programas do Plano Plurianual, indicando para cada uma das unidades, o seu menor nível de detalhamento, a saber:

I – Orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização e Refinanciamento da Dívida

Outras Despesas de Capital

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 7º – O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2013, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio do controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio da transparência implica, além de observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 8º – Fica assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 9º – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes.

Art. 10 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir solidez financeira da administração pública municipal.

Art. 11 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo e o Poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ primeiro: excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento da dívida fundada;

§ segundo: No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – Pessoal e encargos sociais;

II – Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar 101/2000;

Art. 12 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público Municipal.

Art. 13 – A Abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 14 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2010-2013, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art 15 – Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas de caráter continuado e obrigatórias se:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas as fontes de recursos;

IV – os recursos de contrapartidas de recursos de transferências de convênios ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 - A Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Secretaria Municipal de Administração Financeira, até 15 de julho de 2012, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2013, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesas, conforme detalhamento constante do art. 4º desta Lei, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago; e.
- VII - data do trânsito em julgado.

Art. 17 - A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2013, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 18 – A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para o pagamento da despesa com dívida municipal e com refinanciamento da dívida pública, nos termos dos contratos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 19 – O projeto de lei orçamentária poderá incluir, na composição total da receita recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 20 – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operação de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21 – No exercício de 2013, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da lei Complementar 101/2002.

Art. 22 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará os servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 23 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da lei Complementar 101/2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 24 - Ficam os poderes do município autorizados a consignarem recursos necessários para atender as despesas que decorrem da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração em razão de ajuste salarial, da criação de cargos e contratações temporárias, inclusive para atender aos Programas da área de educação, saúde e assistência social, ou alterações de estrutura de carreiras e realização de concurso público, bem como da admissão de pessoal, a qualquer título, nos termos da legislação em vigor, observados o Inciso I do § 1º do art. 169 da Constituição Federal e Parágrafo Único, Inciso II do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000-LRF.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25 – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2013, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 26 – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alterações na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – Atualização da planta de valores genéricos do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça social.

§ primeiro: Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo, poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no anexo de metas fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ segundo: A parcela da receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alteração na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária à Câmara de Vereadores poderá ser identificado, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à a provação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E À AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art.27 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos

de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, das unidades de saúde, etc (art. 4º, I, “e” da LRF).

§ primeiro: Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, I, “e” da LRF).

§ segundo: os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2013 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

CAPÍTULO IX

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 28 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde e educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 29 – A inclusão, na Lei Orçamentária de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar 101/2000.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 31 – para efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Art. 32– Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei Orçamentária o Poder Executivo por decreto e através da Secretaria Municipal de Administração Financeira, estabelecerá cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos disposto no art. 8º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 33 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 34 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 35 – As dotações correspondentes as Despesas de Exercícios Anteriores, serão consignadas em todas as unidades orçamentárias dentro dos seus próprios programas de trabalho.

Art. 36 - A mesa da Câmara deverá encaminhar a Prefeita Municipal até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2013, observadas as disposições do art. 29-A, CF, com redação que foi dada pela EC 25/00.

Art. 37 - A proposta orçamentária para o exercício de 2013, será remetida ao Poder legislativo para apreciação até 30 de setembro e será devolvida para sanção do Prefeita até 31 de dezembro de 2012.

Art. 38. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2012, sua programação poderá ser executada, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde e educação bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com investimentos em andamento.

Art. 39- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em Santana de Mangueira, 09 de abril de 2012.


Tânia Mangueira Nitão Inácio
Prefeita Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

ANEXOS

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					
01.010	Câmara Municipal			15.000	0,07
01 031 1005 1026	Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal			10.000	0,05
	Objetivo: Melhorar as instalações físicas do Prédio da Câmara Municipal				
000540 4490.51 99 001	Obras e Instalações		Fiscal	10.000	0,00
01 031 2001 2001	Manutenção da Câmara Municipal			5.000	0,02
	Objetivo: Manter o bom funcionamento do Poder Legislativo				
000012 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	5.000	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					
02.010	Gabinete do Prefeito			13.000	0,06
04 122 1005 1001	Ampliação e Reforma do Prédio da Prefeitura			10.000	0,05
Objetivo: Ampliar e reformar o prédio da Prefeitura.					
000013 4490.51 99 001	Obras e Instalações			Fiscal	10.000 0,00
04 122 2002 2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito			3.000	0,01
Objetivo: Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito					
000032 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente			Fiscal	3.000 0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática		Esfera	Dotação	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos			Orçamentária	
02.020	Secretaria de Administração Geral		3.000	0,01
04 122 2005 2004	Manutenção da Secretaria de Administração Geral		3.000	0,01
Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Administração Geral				
000054 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	3.000	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática		Esfera	Exercício: 2013	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos			Dotação Orçamentária	%
02.030	Secretaria de Administração Financeira		300.000	1,38
28 843 0001 0001	Amortização e Encargos da Dívida Contratada		5.000	0,02
	Objetivo: Pagar encargos e o principal da dívida contratada.			
000056 4690.71 99 001	Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	5.000	0,00
28 843 0001 0002	Amortização e Encargos com a Dívida do INSS		288.000	1,32
	Objetivo: Pagamento mensal dos compromissos assumidos por contrato de refinanciamento de dívida junto ao INSS.			
000058 4690.71 99 001	Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	288.000	0,00
04 123 2006 2005	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração Financeira		7.000	0,03
	Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Administração Financeira.			
000077 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	7.000	0,00

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					
02.040	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto			2.787.257	12,80
12 361 1023 1002	Aquisição de Transporte Escolar			141.757	0,65
Objetivo: Aquisição de transporte escolar para atender aos alunos do ensino fundamental.					
000080	4490.52	99 002	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	10.000 0,00
000060	4490.52	99 006	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	121.757 0,00
000081	4490.52	99 009	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	10.000 0,00
12 361 1023 1003	Construção, reforma e ampliação de Unidades Escolares			40.000	0,18
Objetivo: Construir, reformar ou ampliar unidades escolares nas comunidades: Logradouro, Boa Vista, Cipó, Genipapo, Quandu, Umbuzeiro e outras localidades do Município, demanda do orçamento participativo.					
000082	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Fiscal	20.000 0,00
000083	4490.51	99 009	Obras e Instalações	Fiscal	20.000 0,00
12 365 1024 1004	Construção, Ampliação e Reforma de Creche			10.000	0,05
Objetivo: Construir, ampliar ou reformar creches no município.					
000084	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Fiscal	5.000 0,00
000085	4490.51	99 009	Obras e Instalações	Fiscal	5.000 0,00
27 812 1030 1005	Implantação, Ampliação ou melhoria de Obras de Infra- Estrutura Esportiva			1.769.000	8,12
Objetivo: Construir, ampliar ou reformar campo de futebol, quadra, ginásio, Academia ao Ar Livre e outros.					
000086	4490.51	99 001	Obras e Instalações	Fiscal	5.000 0,00
000532	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Fiscal	1.764.000 0,00
23 695 1029 1006	Implantação de Infraestrutura Turística			799.000	3,67
Objetivo: Implantar no município infraestrutura turística, através da construção de portal turístico, pavimentação, construção e revitalização de praças e outros.					
000087	4490.51	99 001	Obras e Instalações	Fiscal	5.000 0,00
000088	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Fiscal	794.000 0,00
12 361 1023 2006	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental-MDE			20.000	0,09
Objetivo: Manter as atividades do ensino fundamental, inclusive capacitação de professores e servidores vinculados ao ensino fundamental.					
000108	4490.52	99 009	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	20.000 0,00
12 365 1024 2007	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - MDE			2.000	0,01
Objetivo: Manter as atividades do Ensino Infantil - MDE, inclusive capacitação de professores e servidores vinculados ao ensino infantil.					
000122	4490.52	99 009	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.000 0,00
12 361 1023 2011	Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 40%			2.000	0,01
Objetivo: Manter as atividades do Ensino Fundamental - Fundeb 40%.					
000155	4490.52	99 002	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.000 0,00
12 361 1023 2014	Manutenção do Salário Educação -QSE			2.000	0,01
Objetivo: Manter a cota municipal de Salário Educação.					
000168	4490.52	99 005	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.000 0,00
12 365 1024 2019	Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 40%			1.000	0,00
Objetivo: Manter as atividades do Ensino Infantil - Fundeb 40%					
000203	4490.52	99 002	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.000 0,00

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos		Esfera	Orçamentária	%
02.040	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		2.787.257	12,80
13 392 1049 2027	Apoio às manifestações culturais do município		500	0,00
Objetivo: Apoiar as manifestações culturais do município, através da apresentação de projetos, dentro das seguintes áreas: música e dança, cultura popular e artesanato, acervo e patrimônio histórico e outros.				
000235 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	500	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária		
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					%	
02.050	Secretaria de Saúde e Saneamento			7.791.200	35,77	
10 303 1022 1007	Ações de Saneamento Básico			2.747.000	12,61	
	Objetivo: Promover Ações de Saneamento Básico com a construção ou recuperação de esgotamento sanitário e resíduos sólidos entre as ruas Nossa Senhora de Fátima e rua Ibiapina de Sousa Mangueira, e em outras localidades do município, demanda do orçamento participativo.					
000236	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Seguridade	2.744.000	0,00
000237	4490.51	99 008	Obras e Instalações	Seguridade	3.000	0,00
10 303 1019 1008	Melhoria Habitacional			3.000.000	13,77	
	Objetivo: Melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas, nas comunidades: Baixa do Juá, Olho D'água dos Umburanas, Icós, Água Grande e em outras localidades do município, demanda do orçamento participativo.					
000238	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Seguridade	2.990.000	0,00
000239	4490.51	99 008	Obras e Instalações	Seguridade	10.000	0,00
10 303 1022 1009	Construção de Abastecimento D'água			1.418.200	6,51	
	Objetivo: Ampliar o abastecimento d'água ou implantar através da construção ou recuperação de açudes, cisternas, perfuração, instalação de poços e outros, nas seguintes localidades: Figueira, Mata dos Barbosa, Poço Cachorro, Canoa, Água Grande, Cacimba dos Cabras, Talhado, Icós, Quandu, Poço Redondo, Canoinhas, Genipapo, Calunguinha, Tranqueira, Maniçoba, Diamante, Mandacaru, Coruja, Gameleira, Boa Vista, Poço Cachorro II e outras localidades do município, demanda do orçamento participativo.					
000240	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Seguridade	1.414.000	0,00
000241	4490.51	99 008	Obras e Instalações	Seguridade	4.200	0,00
10 303 1022 1010	Melhorias Sanitárias			493.000	2,26	
	Objetivo: Proporcionar melhorias sanitárias nos domicílios do Município.					
000242	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Seguridade	490.000	0,00
000243	4490.51	99 008	Obras e Instalações	Seguridade	3.000	0,00
10 301 1019 1011	Construção, Ampliação e Reforma do Prédio da Secretaria de Saúde e Saneamento			20.000	0,09	
	Objetivo: Construir, Ampliar e Reformar o prédio da Secretaria de Saúde e Saneamento do município.					
000244	4490.51	99 008	Obras e Instalações	Seguridade	20.000	0,00
10 304 1022 1012	Construção de Aterro Sanitário			103.000	0,47	
	Objetivo: Construir um aterro sanitário.					
000245	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Seguridade	100.000	0,00
000246	4490.51	99 008	Obras e Instalações	Seguridade	3.000	0,00
10 301 2009 2028	Manutenção da Secretaria de Saúde e Saneamento			10.000	0,05	
	Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Saúde e Saneamento, inclusive capacitação de servidores da área de saúde.					
000268	4490.52	99 008	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	10.000	0,00

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					
02.060	Secretaria de Transporte e Urbanismo			1.006.890	4,62
17 512 1006 1013	Ações de Saneamento Básico			105.000	0,48
Objetivo: Promover Ações de Saneamento Básico com a construção de esgotamento sanitário e resíduos sólidos entre as ruas Nossa Senhora de Fátima e rua Ibiapina de Sousa Mangueira, e em outras localidades do município, demanda do orçamento.					
000272 4490.51 99 001	Obras e Instalações			Fiscal	5.000 0,00
000273 4490.51 99 006	Obras e Instalações			Fiscal	100.000 0,00
15 451 1005 1014	Implantação, Ampliação ou melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana			110.390	0,51
Objetivo: Construção de Pavimentação(asfáltica e/ou em paralelepípedo) e drenagem em pontos críticos do Município.					
000274 4490.51 99 001	Obras e Instalações			Fiscal	3.000 0,00
000275 4490.51 99 006	Obras e Instalações			Fiscal	107.390 0,00
27 813 1005 1015	Construção e Reforma de Praças e Canteiros			105.000	0,48
Objetivo: Construir e reformar praças e canteiros do município.					
000276 4490.51 99 001	Obras e Instalações			Fiscal	5.000 0,00
000277 4490.51 99 006	Obras e Instalações			Fiscal	100.000 0,00
15 451 1005 1016	Aquisição e Desapropriação de Imóveis			10.000	0,05
Objetivo: Adquirir e desapropriar imóveis para o interesse público					
000278 4590.61 99 001	Aquisição de Imóveis			Fiscal	10.000 0,00
26 782 1005 1017	Construção e Recuperação de Passagens Molhadas			441.500	2,03
Objetivo: Construir e recuperar passagens molhadas nas seguintes localidades: Sítio Mandacaru, Poço Redondo, Carnaúba Seca, Crispim, Canoinha, Talhado, Serrote, Roça Grande, Poço, Cachorro II, Cacimba dos Cabras, Olho D'Água dos Umburanas, Mata dos Barbosa, Água Grande, Cipó, Boa Vista, no Riacho do Zé Nicolau acesso ao Sítio Figueira e outras localidades do município, demanda do orçamento participativo.					
000279 4490.51 99 001	Obras e Instalações			Fiscal	5.000 0,00
000280 4490.51 99 006	Obras e Instalações			Fiscal	436.500 0,00
16 482 1005 1018	Melhorias Habitacionais			105.000	0,48
Objetivo: Melhorias habitacionais para atender às comunidades: Baixa do Juá, Olho D'água dos Umburanas, Icós, Água Grande e em outras localidades do município, demanda do orçamento participativo.					
000281 4490.51 99 001	Obras e Instalações			Fiscal	5.000 0,00
000282 4490.51 99 006	Obras e Instalações			Fiscal	100.000 0,00
18 544 1005 1019	Construção de Abastecimento D Água			105.000	0,48
Objetivo: Ampliar o abastecimento d'água ou implantar através da construção ou recuperação de açudes, cisternas, barragens, perfuração, instalação de poços e outros, nas seguintes localidades: Figueira, Mata dos Barbosa, Poço Cachorro, Canoá, Água Grande, Cacimba dos Cabras, Talhado, Icós, Quandu, Poço Redondo, Canoinhas, Genipapo, Calunguinha, Tranqueira, Maniçoba, Diamante, Mandacaru, Coruja, Gameleira, Boa Vista, Poço Cachorro II e outras localidades do município, demanda do orçamento participativo.					
000283 4490.51 99 001	Obras e Instalações			Fiscal	5.000 0,00
000284 4490.51 99 006	Obras e Instalações			Fiscal	100.000 0,00
15 451 1005 1020	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios Públicos			20.000	0,09
Objetivo: Construir, Reformar e Ampliar Prédios Públicos.					
000285 4490.51 99 001	Obras e Instalações			Fiscal	20.000 0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos			Orçamentária	%
02.060	Secretaria de Transporte e Urbanismo		1.006.890	4,62
04	122	2014 2030 Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Urbanismo	5.000	0,02
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Transporte e Urbanismo.				
000301	4490.52	99 001 Equipamentos e Material Permanente	5.000	0,00

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos		Esfera	Orçamentária	%
02.070	Secretaria de Assistência Social e Previdência		258.242	1,19
08 244 1031 1021	Construção de Cisternas		255.742	1,17
	Objetivo: Construir cisternas de placas para armazenamento de água de chuva no município e capacitar os beneficiários para convivência com o semi-árido, para atender as comunidades: Figueira, Mata dos Barbosa, Cacimba dos Cabras, Talhado, Icós, Quandu, Genipapo, Maniçoba, Diamante, Gameleira, Pau Ferro, Olho D'Água dos Umburanas, Umbuzeiro, Logradouro e outras localidades do município, demanda do orçamento participativo			
000307 4490.51 99 006	Obras e Instalações	Seguridade	255.742	0,00
08 244 2011 2034	Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social e Previdência		2.000	0,01
	Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Assistência Social e Previdência.			
000339 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	2.000	0,00
08 244 1031 2059	Manutenção dos Conselhos Municipais da Política de Assistência Social e Afins		500	0,00
	Objetivo: Manter o funcionamento dos Conselhos Municipais da Política de Assistência Social e Afins existentes no município.			
000547 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	500	0,00

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos			Esfera	Orçamentária	%
02.080	Secretaria de Agricultura e Abastecimento			530.500	2,44
20 601 1047 1022	Aquisição de Patrulha Mecanizada			309.000	1,42
Objetivo: Adquirir uma patrulha mecanizada.					
000342	4490.52	99 001	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	9.000 0,00
000343	4490.52	99 006	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	300.000 0,00
20 601 1047 1023	Implantação de Infraestrutura e Serviços Rurais			10.000	0,05
Objetivo: Implantar infraestrutura e serviços rurais, através da aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas, construção de um centro para exposição e comercialização de produtos, e outros, tendo como objetivo apoiar a implementação e expansão dos investimentos que beneficiem coletivamente os agricultores familiares, demanda do orçamento participativo.					
000344	4490.51	99 001	Obras e Instalações	Fiscal	5.000 0,00
000345	4490.52	99 001	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.000 0,00
20 604 1047 1024	Construção, Reforma e Ampliação do Matadouro Público			206.000	0,95
Objetivo: Construir, reformar e ampliar o Matadouro Público do município.					
000346	4490.51	99 001	Obras e Instalações	Fiscal	6.000 0,00
000347	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Fiscal	200.000 0,00
20 602 1010 2036	Apoio ao Pequeno Criador			3.000	0,01
Objetivo: Apoiar os pequenos criadores, através da construção de brete para vacinação de animais e outras ações, para atender as comunidades: Poço Cachorro II, Figueira, Baixa de Juá, e outras localidades do município, demanda do orçamento participativo.					
000352	4490.51	99 001	Obras e Instalações	Fiscal	3.000 0,00
20 601 1010 2037	Apoio ao Pequeno Produtor Rural			1.500	0,01
Objetivo: Apoiar o pequeno produtor rural através de defensivos agrícolas, corte de terra, insumos, sementes selecionadas, máquinas de pulverizar e implementos agrícolas, assistência técnica e outros, para atender as comunidades: Baixa do Juá, Talhado, Diamante, Cacimba das Cabras, Canoa, Genipapo, Quandu, Umbuzeiro, Carnaúba Seca, Figueira, Mandacaru, Logradouro, Poço, Cachorre II, Olho D'Água dos Umburanas e outras localidades, demanda do orçamento participativo.					
000357	4490.52	99 001	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.500 0,00
20 122 2015 2038	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento			1.000	0,00
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.					
000371	4490.52	99 001	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.000 0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática					Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				Esfera	Orçamentária	%
02.090	Fundo Municipal de Saúde				124.367	0,57
10 301 1019 1025	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde				110.000	0,51
	Objetivo: Construir, ampliar ou reformar as unidades de saúde para atender às comunidades: sede do município, Sítios Boa Vista e Olho D'Água dos Umburanas, e em outras localidades do Município, demanda do orçamento participativo.					
000372	4490.51	99 006	Obras e Instalações	Seguridade	100.000	0,00
000373	4490.51	99 008	Obras e Instalações	Seguridade	10.000	0,00
10 301 1020 2039	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde (Atenção Básica)				5.367	0,02
	Objetivo: Manter o Fundo Municipal de Saúde com ações voltadas à atenção básica					
000388	4490.52	99 003	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	5.367	0,00
10 304 1016 2040	Manutenção das Ações Básicas de Vigilância Sanitária				2.000	0,01
	Objetivo: Manter as Ações Básicas de Vigilância Sanitária					
000396	4490.52	99 008	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	2.000	0,00
10 305 1014 2043	Manutenção do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS				1.000	0,00
	Objetivo: Manter o Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS.					
000416	4490.52	99 008	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	1.000	0,00
10 301 1011 2044	Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF				5.000	0,02
	Objetivo: Manter o Programa Saúde da Família-PSF no município.					
000433	4490.52	99 003	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	3.000	0,00
000434	4490.52	99 008	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	2.000	0,00
10 301 1013 2045	Manutenção do Programa Saúde Bucal				1.000	0,00
	Objetivo: Manter o Programa Saúde Bucal					
000444	4490.52	99 008	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	1.000	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

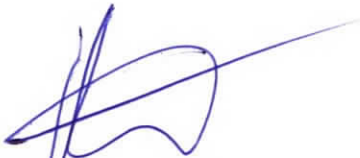
Secretaria de Administração Financeira


Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias


Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2013

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					
02.100	Fundo Municipal de Assistência Social			48.101	0,22
08 244 1033 2047	Manutenção do Programa Piso Básico Fixo - PAIF			500	0,00
	Objetivo: Desenvolver ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento socio familiar.				
000460 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	500	0,00
08 244 1031 2050	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social			2.000	0,01
	Objetivo: Manter as ações do Fundo Municipal de Assistência Social.				
000497 4490.52 99 004	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	2.000	0,00
08 244 1031 2051	Manutenção do Programa Bolsa Família - (IGD)			5.000	0,02
	Objetivo: Desenvolver ações relacionadas à gestão do Programa Bolsa Família- PBF no município.				
000505 4490.52 99 004	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	5.000	0,00
08 244 1043 2052	Implantação e Manutenção dos Programas de Segurança Alimentar			40.601	0,19
	Objetivo: Implantar e manter os programas de Segurança Alimentar: Agricultura Urbana, Compra Direta de Alimentação Familiar, Educação Alimentar e Nutricional, Hortas Comunitárias, Feiras Comunitárias, entre outros.				
000515 4490.52 99 001	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	1.082	0,00
000516 4490.52 99 006	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	39.519	0,00
			Total Geral	12.877.557,00	


LUCICLEITON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA


CLAIR LEIRÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB


TÂNIA MANGUEIRA NITÃO
INÁCIO
PREFEITA



I – LRF, art. 4º, § 1º: “Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.

II – LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I “avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior”.

III - LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II – “demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional”.

IV - LRF, Art. 4o, § 2o, inciso III – “evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos”.

V – Art. 4o, § 2º, inciso V – “demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado”.

OBS: Para 2013 não há concessão de benefício fiscal que implique em renúncia de receita.

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo I - Metas Anuais

Exercício: 2013

R\$ 1,00

AMF - Tabela I (LRF, art. 4º § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	21.783.384	20.845.344	0,255	22.763.639	20.845.823	0,267	23.788.001	20.844.726	0,279
Receitas Primárias (I)	21.726.851	20.791.245	0,254	22.704.562	20.791.723	0,266	23.726.265	20.790.628	0,278
Despesa Total	21.783.384	20.845.344	0,255	22.763.639	20.845.823	0,267	23.787.999	20.844.724	0,279
Despesas Primárias (II)	21.473.384	20.548.693	0,252	22.439.689	20.549.166	0,263	23.449.472	20.548.083	0,275
Resultado Primário (III) = (I - II)	253.467	242.552	0,003	264.873	242.558	0,003	276.793	242.546	0,003
Resultado Nominal	-105.349	-100.812	-0,001	-110.090	-100.815	-0,001	-115.044	-100.809	-0,001
Dívida Pública Consolidada	3.185.667	3.048.485	0,037	3.329.022	3.048.555	0,039	3.478.828	3.048.394	0,041
Dívida Consolidada Líquida	739.233	707.400	0,009	772.499	707.416	0,009	807.261	707.379	0,010
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000

FONTE:

VARIÁVEIS	2013	2014	2015
PIB Real (Crescimento % anual)	3,80	3,80	4,40
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	1,50	1,50	1,50
Câmbio (R\$ / US\$ - Final do Ano)	1,65	1,65	1,85
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50	4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	8.536.000.000,00	8.536.000.000,00	8.536.000.000,00

LUCI LEITSON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA

CLAIR LEITÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB

TÂNIA MANGUEIRA NITÃO
INÁCIO
PREFEITA

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Exercício: 2013

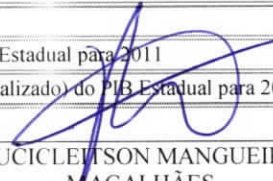
R\$ 1,00


AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2011 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2011 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total	11.342.179	0,133	9.609.202	0,113	-1.732.977	(15,28)
Receitas Primárias (I)	11.317.715	0,133	9.564.176	0,112	-1.753.539	(15,49)
Despesa Total	11.342.179	0,133	10.315.907	0,121	-1.026.272	(9,05)
Despesas Primárias (II)	11.070.207	0,130	10.023.214	0,117	-1.046.993	(9,27)
Resultado Primário (III) = (I - II)	247.508	0,003	-459.038	-0,005	-706.546	(285,46)
Resultado Nominal	-656.884	-0,008	-656.884	-0,008	0	0,00
Dívida Pública Consolidada	2.917.210	0,034	2.917.210	0,034	0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	676.938	0,008	676.938	0,008	0	0,00

FONTE:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2011	8.536.000.000,00
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2011	8.536.000.000,00


LUCICLEITON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA


CLAIR LEITÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB


TÂNIA MANGUEIRA NITÃO
INÁCIO
PREFEITA

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2013

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso II)


R\$ 1,00


ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	
Receita Total	10.514.525	11.342.179	7,87	21.783.384	92,06	21.783.384	0,00	22.763.639	4,50	23.788.001	4,50	
Receitas Primárias (I)	10.490.120	11.317.715	7,89	21.726.851	91,97	21.726.851	0,00	22.704.562	4,50	23.726.265	4,50	
Despesa Total	10.709.432	11.342.179	5,91	21.783.384	92,06	21.783.384	0,00	22.763.639	4,50	23.787.999	4,50	
Despesas Primárias (II)	10.451.895	11.070.207	5,92	21.473.384	93,97	21.473.384	0,00	22.439.689	4,50	23.449.472	4,50	
Resultado Primário (III) = (I - II)	38.225	247.508	547,50	253.467	2,41	253.467	0,00	264.873	4,50	276.793	4,50	
Resultado Nominal	-1.583.389	-656.884	(58,51)	-100.812	(84,65)	-105.349	4,50	-110.090	4,50	-115.044	4,50	
Dívida Pública Consolidada	2.492.829	2.917.210	17,02	3.048.485	4,50	3.185.667	4,50	3.329.022	4,50	3.478.828	4,50	
Dívida Consolidada Líquida	909.440	676.938	(25,57)	707.400	4,50	739.233	4,50	772.499	4,50	807.261	4,50	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	
Receita Total	10.110.120	10.486.482	3,72	21.783.384	107,73	20.845.344	(4,31)	20.845.823	0,00	20.844.726	(0,01)	
Receitas Primárias (I)	10.086.654	10.463.864	3,74	21.726.851	107,64	20.791.245	(4,31)	20.791.723	0,00	20.790.628	(0,01)	
Despesa Total	10.297.531	10.486.482	1,83	21.783.384	107,73	20.845.344	(4,31)	20.845.823	0,00	20.844.724	(0,01)	
Despesas Primárias (II)	10.049.899	10.235.029	1,84	21.473.384	109,80	20.548.693	(4,31)	20.549.166	0,00	20.548.083	(0,01)	
Resultado Primário (III) = (I - II)	36.755	228.835	522,60	253.467	10,76	242.552	(4,31)	242.558	0,00	242.546	0,00	
Resultado Nominal	-1.522.489	-607.326	(60,11)	-100.812	(83,40)	-100.812	0,00	-100.815	0,00	-100.809	(0,01)	
Dívida Pública Consolidada	2.396.951	2.697.125	12,52	3.048.485	13,03	3.048.485	0,00	3.048.555	0,00	3.048.394	(0,01)	
Dívida Consolidada Líquida	874.461	625.867	(28,43)	707.400	13,03	707.400	0,00	707.416	0,00	707.379	(0,01)	

FONTE:

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
4,00	4,00	4,50	4,50	4,50	4,50


**LUCICLEITSON MANGUEIRA
 MAGALHÃES**
 SECRETÁRIO DE
 ADMINISTRAÇÃO
 FINANCEIRA


**CLAIR LEJTÃO MARTINS
 DINIZ**
 TC/CRC 4.395-PB


TANIA MANGUEIRA NITÃO
 INÁCIO
 PREFEITA



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Exercício: 2013

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

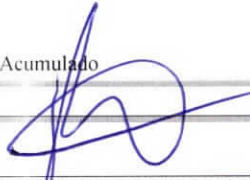
R\$ 1,00

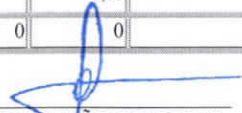
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio / Capital		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Resultado Acumulado	-625.254	100,00	228.815	100,00	-1.935.146	100,00
TOTAL	-625.254	100	228.815	100	-1.935.146	100


REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Lucro ou Prejuízos Acumulados		0,00		0,00		0,00
TOTAL	0	0	0	0	0	0

FONTE:


LUCICLEITSON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA


CLAIR LEIRÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB


TÂNIA MANGUEIRA NITÃO
INÁCIO
PREFEITA



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Exercício: 2013

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2011 (a)	2010 (d)	2009
---------------------	----------	----------	------

NADA A REGISTRAR

TOTAL	0	0	0
-------	---	---	---

DESPESAS REALIZADAS	2011 (b)	2010 (e)	2009
---------------------	----------	----------	------

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Despesas de Capital	0	0	0
---------------------	---	---	---

Investimentos	0	0	0
---------------	---	---	---


Inversões Financeiras	0	0	0
-----------------------	---	---	---

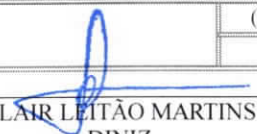
Amortização da Dívida	0	0	0
-----------------------	---	---	---


Despesas Correntes do RPPS	0	0	0
----------------------------	---	---	---

TOTAL	0	0	0
-------	---	---	---

SALDO FINANCEIRO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	0	0	0


LUCICLEITSON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA


CLAIR LEITÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB


TÂNIA MANGUEIRA NITÃO
INÁCIO
PREFEITA



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS

Exercício: 2013

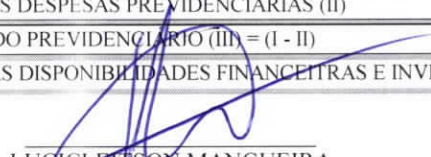
AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

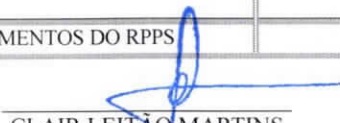
R\$ 1,00


RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010	2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL-RPPS			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO-RPPS			
OUTROS APORTES AO RPPS			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010	2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)			
Reserva do RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)			
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS			

FONTE:


LUCICLEYSON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA


CLAIR LEITÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB


TÂNIA MANGUEIRA NÍTÃO
INÁCIO
PREFEITA



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

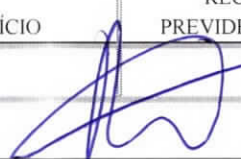
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Exercício: 2013


AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
-----------	-----------------------------	-----------------------------	--	--

NADA A REGISTRAR

FONTE


LUCICLEITSON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA


CLAIR LEITÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB


TÂNIA MANGUEIRA NITÃO
INÁCIO
PREFEITA



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Exercício: 2013

R\$ milhares


AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)


TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2013	2014	2015	

NADA A REGISTRAR

TOTAL						
-------	--	--	--	--	--	--

FONTE:


 LUCICLEYSON MANGUEIRA
 MAGALHÃES
 SECRETÁRIO DE
 ADMINISTRAÇÃO
 FINANCEIRA


 CLAIR LEITÃO MARTINS
 DINIZ
 TC/CRC 4.395-PB


 TÂNIA MANGUEIRA NITÃO
 INÁCIO
 PREFEITA



A estimativa de **margem** de **expansão** das **despesas** obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa permanente sem fontes consistentes de financiamento.

O aumento permanente de receita é entendido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (parágrafo § 3º, do art. 17, da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

A estimativa da **margem** de **expansão** para o exercício de 2013 foi feita com base somente na receita administrada pela Secretaria Municipal Administração Financeira, tendo em vista o elevado grau de vinculações das demais receitas orçamentárias, o que inviabiliza a sua utilização para o aumento das **despesas** obrigatórias de caráter continuado.

Como estimativa do aumento de receita, foram acrescentados os impactos das variações de receitas decorrentes de alteração na legislação tributária:

- Previsão de aumento do FPM;
- Modernização da máquina arrecadadora através da atualização do cadastro imobiliário e fiscal do município, bem como da revisão dos créditos para cobrança de taxas municipais para adequação ao custo real de serviços que constituem os respectivos fatos geradores.

Contabilizou-se também o aumento das **despesas** permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2013. Tal aumento será provocado pelos seguintes fatores: implementação das reestruturações de carreiras já autorizadas ou em fase de autorização, no âmbito do Poder Municipal; provimentos de cargos vagos ou criados já autorizados ou em fase de autorização; crescimento vegetativo da folha de pagamentos de servidores ativos e inativos decorrentes do aumento do salário mínimo e revisão geral.



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício: 2013

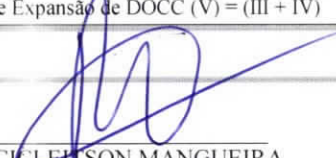
AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)


R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2013
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III + IV)	0

NADA A REGISTRAR

FONTE:


LUCICLEISON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA


CLAIR LEITÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB


TÂNIA MANGUEIRA NITÃO
INÁCIO
PREFEITA



A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da federação assumissem o compromisso com a implementação de um orçamento equilibrado. Este compromisso inicia-se com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando são definidas as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e identificados os principais riscos sobre as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

O segundo tipo de risco refere-se aos passivos contingentes, especialmente aqueles decorrentes de ações judiciais.

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- possível ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive de natureza tributária e trabalhista;
- passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

No caso dos riscos orçamentários, se ocorrerem durante a execução do orçamento de 2013, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, prevê a reavaliação bimestral das receitas de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com as metas fiscais fixadas na LDO. A reavaliação bimestral - juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuada a cada quadrimestre - permite que eventuais desvios, tanto de receita quanto de despesa, sejam corrigidos ao longo do ano, sendo os riscos orçamentários que se materializarem compensados com realocação ou redução de despesas.

Ou ainda em caso o desequilíbrio fiscal se concretize, o Executivo poderá lançar mão da reserva de contingência, na forma da alínea b, inciso III, art. 50 da Lei Complementar 101/2000 ou ainda, caso não seja suficiente e se prolongue por mais tempo, o Executivo deverá reformular o Anexo de Metas Fiscais, limitando a emissão de empenho na forma estabelecida na presente lei.



COMENTÁRIO: A previsão de valores futuros normalmente representa um grande desafio. Os fatores que influenciam a arrecadação são vários, e também se alteram ao longo do tempo. Muitos deles sequer possuem maneiras de serem diretamente mensurados, especialmente no caso do Município de Santana de Mangueira, bastante carente em estatísticas.

Desta forma, qualquer exercício de previsão de valores futuros de séries temporais deve ser, em primeiro lugar, considerado como decorrente de métodos relativamente limitados. Os valores previstos não devem ser interpretados como previsões completamente precisas acerca do futuro, mas sim um número em torno do qual pode-se estabelecer uma probabilidade relativamente alta de ocorrência.

RECEITA FISCAL: Foi apurada para 2013 conforme metodologia descrita abaixo.

a) impostos:

O cálculo dos impostos foi implementado aplicando a média de crescimento das receitas realizadas entre 2009 a 2011, baseado no artigo 30 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964.

b) Transferências correntes (FUNDEB):

O valor da cota-parte do fundo de participação/fundeb/estado é o valor previsto pelo Tesouro Nacional.

c) Demais contas

Foram todas atualizadas pelo IPCA para 2013 de 4,5%.

RESULTADO PRIMÁRIO: Diferença entre o total de receita e o total de despesa, excluídas, para ambos os totais, as parcelas relacionadas à dívida, empréstimos, remuneração de ativo disponível, participações e privatizações.

RESULTADO NOMINAL: Resultado primário – Juros e encargos da dívida.

PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL: Para 2014 e 2015 foram incorporados os valores do IPCA projetados para os respectivos anos, para as metas em valores correntes e para as metas em valores constantes.

Projeção para o período de 2010 a 2013 (IPCA) conforme Metas de Inflação oficiais do Governo Federal.

2010 - 4,0%
2011 - 4,0%
2012 - 4,5%
2013 - 4,5%



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo de Riscos e Metas Fiscais

Exercício: 2013

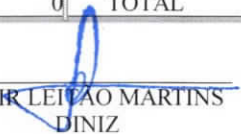
AMF - (LRF, art. 4º, §3º)


R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS FISCAIS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
CALAMIDADE PÚBLICA-SECA	0	FRENTES DE TRABALHO, DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E CARRO PIPA	0
CALAMIDADE PÚBLICA - ENCHENTES	0	ALUGUEL SOCIAL, DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E RECONSTRUÇÃO DE MORADIAS	0
TOTAL	0	TOTAL	0

FONTE:


LUCICLEITSON MANGUEIRA
MAGALHÃES
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA


CLAIR LEILÃO MARTINS
DINIZ
TC/CRC 4.395-PB


TÂNIA MANGUEIRA NIRÃO
INÁCIO
PREFEITA